



CPR  
Exército

# CPR - Exército da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS



Site: <http://www.ans.pt>

## Comunicado

e-mail: [geral@ans.pt](mailto:geral@ans.pt)

Data: NOV08

### Constrangimentos orçamentais e nas carreiras provocam preocupações e mal-estar no Exército!

O extraordinário sucesso da “Jornada de Insatisfação e Reflexão” do passado dia 6 de Novembro, que contou com adesão de mais de 10.000 militares na efectividade de serviço, evidenciou de forma clara o desrespeito pela verdade das anteriores declarações do SEDAM e do MDN, comprometedoras da posição das Chefias Militares. Afinal o senhor ministro sabia do descontentamento existente como reconheceu publicamente no próprio dia 6 perante a evidência do protesto.

A coesão e a disciplina das Forças Armadas, muitas vezes erradamente invocadas, são os pilares fundamentais para que a instituição militar possa concentrar-se na sua missão primordial: garantir a Soberania Nacional e zelar pelo cabal cumprimento da Constituição e demais Leis da República. O cumprimento desta missão encontra suporte no dever de tutela, tal como consignado no Regulamento de Disciplina Militar e no EMFAR. Este dever implica que as chefias mantenham uma constante devoção no conhecimento e defesa dos problemas e preocupações dos seus subordinados, dando-lhes sinais inequívocos do seu total empenho em ultrapassá-los, criando desta forma nos seus subordinados um clima de confiança, respeito e reconhecimento nas decisões dos seus superiores.

Sabemos que se vivem tempos difíceis e os militares nunca pretenderam, antes pelo contrário, excluir-se do esforço nacional que é necessário fazer para ultrapassar as dificuldades presentes. Mas fazer parte desse esforço não significa aceitar com resignação e indiferença as mentiras continuamente propaladas pelo Governo e pelo MDN, enquanto as Forças Armadas se vêem, ano após ano, com recursos cada vez mais escassos para desempenhar um cada vez maior número de missões que lhe são atribuídas.

Em concordância com as palavras dos Chefes militares e contrariamente ao que parece ser a convicção do Ministério da Defesa, existem preocupações, algumas delas transversais a todas as categorias e ramos das F.A., outras específicas da categoria de Sargentos. Detalhemos algumas dessas preocupações:

- **A anunciada reestruturação de carreiras**, que tarda em surgir e cujo atraso apenas contribui para aumentar a incerteza e a insegurança é, neste momento, um grande motivo de preocupação geral no seio das F.A., pelo desconhecimento sobre qual o impacto que a sua implementação pode ter no futuro dos militares, atento o secretismo com que o MDN tem tratado este assunto. Mesmo a tabela que apressadamente puseram a correr na forma de Anteprojectos para tentar ensurdecer o estrondo da Jornada de Insatisfação e Reflexão do passado dia 6, pelas suas consequências só vem agravar as preocupações e reforçar a Insatisfação e o mal-estar (a ANS está a preparar um estudo sobre a matéria que divulgará muito em breve);
- **O estrangulamento da categoria de Sargentos**, obriga-nos a verificar com muita apreensão o agravamento do cenário do ano transacto, com mais de 60% do 19º Curso de Formação de Sargentos do Exército a completar uma permanência de treze (13) anos no posto de Primeiro-sargento desde Outubro passado;
- **Passagem à Situação de Reserva compulsiva por imposição do artigos 154º e 189º do EMFAR** - A passagem à situação de reserva com base no nº 2 do artigo 154º, por força da exclusão da promoção imposta pelo artigo 189º, ambos do EMFAR, é uma questão que não está, nem pode estar encerrada, enquanto se verificar a delapidação de recursos humanos, afastando da profissão homens especialistas com carreiras brilhantes, prejudicando-os e prejudicando as Forças Armadas e o País.

**A solução para tal problema é simples e proposta pela ANS desde que este artigo foi incluído no EMFAR, e consiste em: anular a sua eficácia até que se encontre um mecanismo justo e equilibrado para resolver o problema; e, entretanto, o Ministro da Defesa Nacional usar os seus poderes para**

obrigar o nosso ramo a uniformizar os procedimentos relativos ao Ordenamento dos seus militares, respeitando o artigo 184º do EMFAR sem prejudicar os seus homens.

- **Redução de pessoal excedentário**, como afirmou o MDN, pode incidir sobre o pessoal supranumerário. A reforma isolada e esdrúxula que tem estado em curso no Exército criou uma realidade que se pode vir a tornar dramática. Foi criada uma situação em que há enormes diferenças entre os cargos funcionais e o pessoal existente, e entre os quadros aprovados e as existências reais cujo estudo e dados publicaremos brevemente num boletim informativo da CPR - Exército.
- **Num total de 120 homens e mulheres**, ingressados no Quadro Permanente do Exército desde 1 de Outubro, os **jovens Camaradas do 35º Curso de Formação de Sargentos**, continuam hoje com o **posto de Furriéis** alunos pelo facto de as suas notas de promoção não terem sido elaboradas atempadamente - tivemos conhecimento do despacho de promoção, datado de 4NOV, à hora de se fechar este comunicado. Esta mais não é do que uma atitude de total desrespeito não só por aqueles Camaradas, mas por todos os Sargentos que diariamente dão o seu melhor na execução das missões que lhes são cometidas;
- **A ineficácia do IASFA em liquidar e pagar atempadamente as participações da ADM** devidas aos beneficiários e seus familiares, por falta de transferência de verbas do MDN, e em estabelecer convenções com entidades de prestação de cuidados médicos e de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, tem provocado um crescente e inoportuno esforço financeiro para todos os militares, com particular relevância nos Camaradas da Reserva e Reforma que, tendo idades mais avançadas, se vêem confrontados com maior necessidade de assistência médica e medicamentosa. **A título de exemplo recordamos que neste momento não existe, a nível nacional, uma única entidade convencionada na área da oftalmologia**, sendo o número de acordos nas outras áreas manifestamente diminuto;
- De acordo com as palavras do Ministro da Defesa Nacional, **a proposta de OE de 2009 para as Forças Armadas**, contempla um aumento médio de 5,6% comparativamente ao orçamento de 2008.

Dito assim parece bem. No entanto, uma leitura atenta dos mapas do orçamento de 2009 e a sua comparação com os de 2008 revela uma situação oposta àquela em que o Sr. Ministro nos quer fazer acreditar. Não considerando os valores da Lei de Programação Militar e do PIDDAC, por se destinarem a investimentos e reequipamento, o OE 2008 dos três ramos apresenta uma sub-orçamentação aproximada de 100 milhões de Euros (ME), maioritariamente respeitante a despesas com pessoal, em remunerações certas e permanentes e em abonos variáveis e eventuais.

O OE 2009 dos três ramos apresenta, comparativamente ao OE 2008 um acréscimo aparente de 61,1 ME. Acontece porém que deste acréscimo, e de acordo com as instruções de preparação do orçamento, veiculadas pela Circular série A n.º 1343 da Direcção Geral do Orçamento, os ramos terão que suportar em 2009 um total de 50 ME com as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações. Deduzindo este montante o aumento anunciado de 5,6% cai para 0,97%.

A proposta de aumento dos vencimentos proposto pelo Governo para o ano de 2009 é de 2,9%. Este aumento importa em mais 20 ME para pagar os vencimentos dos três ramos.

Se pensarmos que o aumento real de 0,97% se refere a um orçamento (2008) sub-orçamentado em 100 ME, a que acresce uma necessidade de mais 20 ME para os vencimentos de 2009, rapidamente se conclui que além de não haver crescimento real do orçamento, existe uma diminuição do seu valor.

- **A resistência em amnistiar, sem excepção, todos os Camaradas que foram alvo de processos disciplinares**, algumas já declaradas ilegais pelos tribunais, no âmbito do exercício das funções de dirigentes associativos e enquanto membros legitimamente eleitos pelos seus associados, demonstra um total desprezo pelos direitos constitucionais de cidadania e de associação, não sendo esse o princípio que deve estar subjacente a um estado de direito democrático.



Lisboa, 11 de Novembro de 2008